

# MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DO OBJETO AO DOCUMENTO

**Cristina Dotta Ortega**

ortega@eci.ufmg.br

As ações de mediação documentária, ou mediação da informação, são realizadas por meio de procedimentos profissionais, na ausência dos quais as possibilidades de comunicação são restritas ou dependentes de fatores arbitrários a essas ações. O objetivo do artigo é explorar a transformação do objeto em documento que é resultante das ações de mediação. Como metodologia, apresenta construção histórica da noção de documento; trata das atividades documentárias enquanto ações de mediação da informação de cunho linguístico e papel determinante da recepção; e, explora algumas atividades documentárias, da seleção à exposição de documentos, fazendo proveito de literatura científica em perspectiva bibliográfica e museológica. Conclui que as ações de mediação envolvem procedimentos metodológicos específicos que, articulados entre si, procuram promover possibilidades de interpretação.

Palavras-chave: Mediação da Informação, Documento, Atividades Documentárias.

## INTRODUÇÃO

A mediação documentária, ou mediação da informação, engloba o conjunto das ações realizadas sobre objetos, na perspectiva de pessoas em torno de atividades diversas – científicas, profissionais, estéticas, de lazer –, do que decorre que essas pessoas sejam tomadas como público e que os objetos sejam abordados enquanto documentos.

A mediação da informação implica intervenção, ação propositiva, intencionalidade, cujo objetivo é a apropriação da informação. É realizada sobre base material, por meio de metodologias de rigor científico. Identificação, seleção, produção de registros, ordenação, conservação, exposição de todo e qualquer objeto são atividades documentárias no sentido de que constituem – de modo articulado entre si – ações de mediação a partir das quais se dá a transformação do objeto em documento. Estas ações formam camadas de significação sobre o objeto, cada qual ressignificando a anterior, em um movimento de produção de mensagens a um público. O documento é esse objeto ressignificado e a noção de documento é dependente de uma elaboração teórico-metodológica dessas ações.

Este trabalho tem por objetivo explorar a transformação do objeto em documento que é resultante das ações de mediação documentária, ou mediação da informação.

A literatura e a prática museológicas têm privilegiado a exposição como ação de mediação que, por excelência, promove a aderência do público, em detrimento das demais ações que a antecedem, assim como das possibilidades de mediação que prescindem da experiência de uma exposição, caso da pesquisa da coleção por especialistas ou da visita à reserva técnica por públicos diversos. Assim também, os serviços de referência bibliotecários, e outros em que se dá a relação direta com o público, são os efetivamente denominados como ações de mediação. Em Biblioteconomia, o termo mediação é usado de modo recorrente para abarcar estas atividades sob um título,

menos que para explicitá-las. O trabalho se justifica pela necessidade de evidenciar a função das ações de mediação, enquanto procedimentos profissionais, na ausência dos quais as possibilidades de comunicação são restritas ou dependentes de fatores arbitrários a essas ações, portanto, contingenciais, eventuais. As atividades documentárias são meios para o alcance de certos objetivos, motivo pelo qual é preciso estabelecer a relação entre estes e aqueles. O processo é dependente do objetivo que se persegue, o que leva à identificação de contradição que enunciaremos do seguinte modo: como procedimentos supostamente não interpretativos possibilitariam alcançar um objetivo da dimensão do simbólico?

Como metodologia, apresentamos construção histórica do termo documento; tratamos das atividades documentárias enquanto ações de mediação da informação, portanto, intencionais, que se explicam como processo linguístico e quanto ao papel determinante da recepção; e buscamos explorar algumas das atividades documentárias, desde a identificação e seleção até os serviços de difusão e exposições de documentos.

## **1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERMO DOCUMENTO**

Quanto à pergunta sobre qual objeto é um documento, a caracterização física ou tipológica não se mostra produtiva. O documento é o produto de atividades sistemicamente realizadas com o fim de apropriação da informação por um público. Dito de outro modo, documentos são informações selecionadas e organizadas materialmente em um sistema, cujas significações objetivam, por sua vez, orientar o processo de significação pelo público. O documento deve ser abordado em sua plasticidade, incluindo objetos e referências/registros dos mesmos, como segue: documentos enquanto objetos tomados como tal; registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto, ou em suas partes; registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos; e registros constituídos a partir de operações administrativas.

Torna-se evidente a necessidade de fazer-se necessário explicitar aspectos essenciais do percurso do objeto ao documento, distinguindo-os dos aspectos contingenciais recorrentes em práticas institucionais e na literatura técnica, mas não suficientes para uma construção da noção de documento que responda à mediação da informação. Conceitos comuns às perspectivas arquivística, museológica e bibliográfica são resultantes dos esforços de fundamentação em torno do objeto empírico em questão.

Tomando como base Meyriat (1981) e contemporâneos, o documento é: objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento); e objeto que pode funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que assim o seja (uso do documento). Além disso, a função de informação do documento pode mudar no tempo (uso do documento no tempo). É deste autor a proposta de ‘documento por intenção’ e ‘documento por atribuição’: o primeiro não é definitivo para uma situação de ‘ser documento’ e o segundo é determinante para tal situ-

ação, além de as atribuições iniciais serem reformuladas no decorrer do tempo.

De modo similar, Buckland (1991, p. 355) propõe dividir objetos em: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos), e objetos que não são artefatos (como os antílopes). Exemplifica a variação de função do objeto no tempo, citando o livro, que pode ser usado como um peso para portas.

Meneses corrobora as idéias de Meyriat e Buckland. Segundo ele (MENESES, 1994, p. 21), documentos de nascença, típicos de sociedades complexas, são aqueles projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Meneses observa que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu contexto original, e que toda operação com documentos é, portanto, de natureza retórica. Reforça-se então a proposta de documento por intenção e documento por atribuição de Meyriat.

A investigação sobre a noção de documento permitiu o reconhecimento de sua discussão e elaboração durante o século XX, como segue (ORTEGA; LARA, 2010):

A denominação da área proposta por Otlet – Documentação – relacionada à de seu objeto – documento –, envolve ideias, ações e produtos que configuram temas hoje estudados por sua atualidade e relevância. Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309) afirmam que a Documentologia (como usado por Otlet) trata da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que dêem conta da mensagem do autor. O documento se explica a partir de sua própria produção, ou produção documentária, segundo Suzanne Briet (1951). O Tratado de Documentação (1934), de Paul Otlet, e o livro O que é Documentação (1951), de Suzanne Briet, contribuem para a compreensão de que os termos ‘documento’ e ‘Documentação’ já tinham em germe a noção de informação tal como é entendida hoje.

No contexto dos estudos do grupo francês formalizado na década de 1970 em torno das Ciências da Informação e da Comunicação, Escarpit (1991), em livro publicado inicialmente em 1976, e Meyriat (1981) acrescentam que o uso é que ‘faz’ o documento e introduzem as noções de comunicação, significação e a palavra ‘informação’ e derivadas. A literatura espanhola do mesmo período demonstra ser tributária da construção francesa do termo documento, em abordagem peculiar sobre Documentação, entre outros, por enfatizar sua relação com a produção da ciência. A noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas (Otlet e Briet) foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes.

Quanto à produção em língua inglesa, dois autores contemporâneos (Buckland e Frohmann) discorrem sobre o documento tomando por base os documentalistas Otlet e Briet. Quanto à abordagem francesa e espanhola posterior, não citam seus autores, mas corroboram suas idéias quanto ao fato de que nenhum objeto por ele mesmo poderia ser definido como documento. Buck-

land (1991, p. 352) propõe inverter a pergunta usual ‘o que é informativo?’, indagando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas. Frohmann (2004) trata da informatividade como o conjunto de fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos (diríamos: como objetos tornam-se documentos por serem abordados informativamente).

A construção da noção de documento durante o século XX mostra-se promissora para a fundamentação do conceito. Pontos recorrentes identificados nestes estudos foram: o documento é definido como objeto físico (concreto, duradouro, estável, manipulável) e como informação (simbólica, conceitual, conteúdo da comunicação, mensagem); o documento constitui-se enquanto tal a partir do uso informacional que se faz dele, ou seja, por ações interpretativas sobre o mesmo; e, o documento é dependente de ações profissionais sobre objetos que visam sua transformação (LARA; ORTEGA, 2012, p. 377-378). Deste modo, faz-se necessário explorar os aportes teóricos e metodológicos pertinentes à produção do documento.

## **2 LINGUAGEM, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E RECEPÇÃO**

Para García Gutiérrez (1999, p. 24-25, 33), a Documentação é uma disciplina social cujo principal objetivo é estudar os raciocínios inseridos nos documentos para poder extrair modelos de compreensão, análise e organização. Para tanto, segundo este autor, ela está ligada, mas não dependente, à tecnologia e é realizada por meio de um processo de caráter linguístico-informativo. Afirma (p. 34 e 35) que Jean-Claude Gardin introduz a abordagem linguística, ao tratar da estruturação do conhecimento e de métodos de leitura do texto e elaboração de metalinguagens de simbolização para esse fim.

O pensamento gardiniano, proposto a partir da década de 1960, é reconhecido como um dos mais profícuos da pesquisa sobre organização da informação, possibilitando estudos posteriores significativos em termos de uma consolidação científica da área. Neste sentido, juntamente aos modelos de compreensão de texto e das metalinguagens que os contemplem, trabalha-se hoje métodos de representação documentária aderentes ao universo linguístico dos usuários, o que envolve a atividade realizada pelo grupo social em questão e os aspectos culturais a ela relacionados. No entanto, segundo García Gutiérrez (1999, p. 25), houve um enfraquecimento da abordagem linguística proposta por Gardin, grandemente adotada até os anos 1980, que levou a área a uma “redução monástica medieval”, contribuindo para diminuir sua influência sobre políticas e prioridades científicas.

A despeito de um maior investimento em períodos anteriores, os estudos de linguagem aplicados à Documentação se mantêm, em especial, quanto aos fundamentos da linguagem documentária (como o tesouro) e às metodologias para sua construção com aportes da Terminologia. A teorização em torno da linguagem documentária evidencia o menor desenvolvimento de base

conceitual dos processos de descrição formal dos documentos e de seus instrumentos, em grande medida em função do papel determinante atribuído à normatividade. No entanto, a totalidade das atividades documentárias dá-se via linguagem, cada uma segundo suas especificidades.

Como tratamos em Lara e Ortega (2012, p. 381), “a abordagem linguístico-semiótica permite propor o documento como signo, um objeto que tem forma e conteúdo (HJELMSLEV, 1975), que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou capacidade (PEIRCE, 1977)”. Enquanto signo, o documento é uma construção, uma leitura do ‘real’ sob determinada perspectiva. A ‘leitura’ do objeto que o transforma em documento para o sistema segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais.

As reflexões francesa e espanhola sobre o documento, apresentadas no tópico anterior, salientam a recepção. Ao considerar o processo de comunicação, tem-se que o documento é um produto de uma relação que envolve emissor, interlocutor e contexto. Um objeto é um documento apenas se considerado o mapa de configurações a partir dos quais ele pode tomar forma fazendo sentido para alguém (LARA; ORTEGA, 2012, p. 385). O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas das demais atividades documentárias. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos (p. 381-382).

Outro ponto é o da relação entre a intencionalidade que define a atividade e a ausência de controle sobre a interpretação dos públicos. A questão é que a recepção do documento mobiliza uma negociação de sentido que não torna pertinente supor a existência de uma relação de correspondência biunívoca entre o que é dito e sua interpretação (LARA; ORTEGA, 2012, p. 384). Segundo Lara (2007, p. 159), não considerar a intencionalidade significaria, ou supor a possibilidade da neutralidade das atividades documentárias, ou desconsiderar a especificidade destas atividades ao ampliar o espectro de trabalho com a informação para todo e qualquer campo do conhecimento ou de atividade, e assim não faria sentido falar em Ciência da Informação.

No que tange às exposições, esta posição é também assumida por Meneses (1994, p. 13), para quem, joga-se fora a criança com a água do banho ao reduzir-se a coleção a um “almoxarifado de significantes disponíveis para os significados escolhidos *self-service* pelos usuários, sem qualquer mediação, supõe-se, de processos cognitivos e até mesmo das forças que agem no interior da sociedade capitalista em que vivemos”. Meneses (p. 23) considera, no entanto, que isso não equivale a presumir que uma exposição só será devidamente fruída com a mediação de um monitor, pois há questões metodológicas entre as ações exercidas em museus. Para Meneses (p. 24), a principal decorrência de não haver um trabalho de mediação é o enfraquecimento da dimensão política do

museu, muitas vezes substituída pelo paternalismo. Dito de outro modo, “a alienação, a marginalização e a dependência são o preço da inexistência ou restrição das mediações documentais (organizadas), numa sociedade precisamente tão mediada como a nossa, e tão hierarquizada pela informação” (p. 64).

Kobashi e Tálamo (2003, p. 20) também problematizam a ideia de atividades documentárias esvaziadas, fazendo referência a bibliotecas e instituições congêneres. Tratam dos reiterados estudos de usuários baseados em um recorte social pré-existente (como a condição profissional, econômica, escolaridade, etc.), ao invés de ser contemplado o modo pelo qual conteúdos podem ser acessados, manejados e entendidos.

Reconhecer a linguagem como elemento da cultura e operar efetivamente com ela no âmbito das atividades documentárias fornecem a

*possibilidade de exercer, mais convenientemente, o papel mediador ao mobilizar tanto referências da enunciação (via unidades terminológicas urdidas nos discursos de especialidade), como da recepção (os usos da comunidade de usuários socialmente constituída). Sob essa ótica, contempla-se melhor o usuário como sujeito da interpretação (LARA, 2007, p. 155).*

Na ausência da produção de mensagens baseada na identificação da linguagem do público-alvo e dos documentos, a mediação fica restrita ao conhecimento do sujeito que dialoga diretamente com o público. Essa situação não se caracteriza como mediação documentária, pois as diversas ações de produção de significados que a constituem não são realizadas ou não são levadas em conta.

### **3 ATIVIDADES DOCUMENTÁRIAS: DA SELEÇÃO À EXPOSIÇÃO**

Como dissemos, a mediação da informação é realizada por meio das atividades documentárias, quais sejam: identificação, seleção, produção de registros, ordenação, conservação, serviços de difusão, exposição.

A identificação envolve a pergunta, tratada no primeiro tópico, quanto a que objeto seria um documento. Da fraca discriminação de Otlet ao afirmar que tudo pode ser documento, passando pela determinação do suporte e tipologia documentais recorrente na literatura sobre bibliotecas, demos lugar à perspectiva do lugar dos documentos como modo de identificá-los. Este lugar (simbólico) imprime uma função ao documento que é considerada para sua caracterização.

O processo iniciado pela identificação permite a seleção, que tem na coleção o primeiro produto documentário. Dois conceitos elementares devem ser considerados: a coleção de documentos e as referências dos documentos (ORTEGA, 2011, p. 196-198). A coleção é o conjunto de documentos selecionados que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com

personalidade própria. As referências são registros (de bases de dados) que promovem o acesso aos documentos dos quais se informou a existência, ou de registros (cadastrais, por exemplo) que fornecem, eles mesmos, a informação de interesse. A partir da relação entre coleção e referências/registros, é possível explorar a diversidade dos sistemas de informação, indicando aqueles que apresentam: uma coleção de documentos ordenados e uma base de dados que a referencie; uma coleção de documentos ordenados na ausência de base de dados; e, uma base de dados na ausência de documentos ordenados. No último caso, temos as bases de dados cujos registros referenciam documentos eletrônicos ou o que Buckland (1991, p. 354) chamou de coleção virtual de documentos, referindo-se a pessoas, edifícios ou outros objetos que, em qualquer situação, não poderiam ser coletados e armazenados (embora suas referências possam ser ordenadas).

A coleção não depende da transferência física dos documentos. Disso decorre que a coleção não pode ser identificada pelo conjunto dos objetos armazenados no mesmo local, pois ela é o conjunto resultante de escolhas percebido pela disposição espacial dos documentos e/ou por suas referências organizadas em bases de dados.

Meneses (1994, p. 12), de modo convergente, discute a questão que chama de ‘museu sem acervo’, por meio das denominações acervo cartorial e acervo operacional. O acervo cartorial seria apenas aquele de posse institucional do museu, enquanto o acervo operacional é constituído por todo tipo de evidência, em qualquer lugar. Segundo o autor, o acervo cartorial depende da coleta, mas é sobre o acervo operacional que o trabalho museal é realizado, já que “o acervo é um pressuposto porque o problema em causa é o conhecimento. É, em última instância, por causa do conhecimento, que se fazem insubstituíveis os acervos institucionalizados” (p. 62). Para Meneses, a questão é a da cultura material com que lida a área levando a que, para qualquer tipo de museu, o acervo jamais possa ser limitado às coleções depositadas e cadastradas intramuros. Quanto à relação que apresentamos entre coleção e referências, este autor afirma “ser premente ampliar a noção de acervo cartorial para a de acervo operacional, completados ambos necessariamente com bancos de dados, naturalmente informatizados” (p. 62).

A coleção virtual de Buckland e o acervo operacional de Meneses permitem recolocar o museu e a biblioteca (entre paredes) por meio da constatação de que os mesmos não são definidores das ações de mediação da informação. Um projeto institucional, no entanto, está sempre em questão, pois por meio dele é que se evidencia uma política orientadora de ações concretas.

As bases de dados informatizadas, a que se refere Meneses, contribuíram para evidenciar o que usualmente se denomina na prática museal como documentação (a despeito do significado mais amplo proposto por Otlet e assim continuado). Dossiê da revista *Documentaliste* em torno do tema Documento e Museu trata destas práticas profissionais, buscando demonstrar em que as mesmas podem ser consideradas como pivô entre a organização interna do museu e a missão de

mediação (RIZZA, 2014, p. 28). Cada artigo da revista reforça a função da produção das referências ou registros sobre os objetos enquanto parte das ações de mediação. Després-Lonnet (2014, p. 61) afirma que os textos produzidos sobre objetos a partir da documentação estão cada vez mais presentes nas salas de exposição e nos sites dos museus. Para ela, “de um ponto de vista info-comunicacional, a exposição, assim como o catálogo, podem ser estudados como dispositivos enunciativos e discursivos” (p. 61), uma vez que “os textos produzidos em cada âmbito respondem a exigências diferentes, mas a documentação é sempre central para a construção de dispositivos de mediação. Ela é a base material e intelectual a partir da qual a exposição será conhecida sob um espaço e um discurso” (p. 62). Assim também, Régimbeau (2014, p. 44) afirma que a transversalidade das funções da informação e da comunicação nos museus supõe uma concepção da prática documentária em que cada intervenção deflagra uma necessidade, associando técnica e mediação.

Por fim, tratamos das atividades documentárias mais fortemente centradas nos objetos e no espaço em que estes são dispostos, quais sejam, a ordenação ou arranjo de documentos, como modo de leitura da coleção e recurso de acesso aos documentos, e a exposição. Estas atividades ocorrem nas seguintes situações (a exceção da perspectiva arquivística): a ordenação de documentos de acervos ou o arranjo hierárquico de documentos em meio eletrônico (em perspectiva bibliográfica) e a ordenação de documentos da reserva técnica (em perspectiva museológica), e as exposições a partir de coleções produzidas em perspectiva bibliográfica ou museológica.

No caso da exposição, há um diferencial quanto às demais atividades documentárias que se dá pela relação entre o cognitivo (apreensão informacional do objeto) e o sensorial (apreensão sensível do objeto). Segundo Otlet (tratado por MENDES, 2013, p. 196) e Meneses (1994, p. 38), na exposição, algo é “dito” com os objetos que não é da responsabilidade de legendas e outros recursos, como os audiovisuais e eletrônicos. No entanto, como comentado, a produção de referências, preferencialmente na forma de registros de bases de dados, pode contribuir para a exposição, sem prejuízo da proposta sensorial em jogo. O trabalho informacional efetiva a gestão do documento no nível administrativo (aquisição, empréstimo etc.) e do conteúdo (representação). Em continuidade às atividades de identificação, seleção, produção de registros e ordenação, a exposição sintetiza mais um nível de significação ao objeto enquanto documento.

O termo musealização é indicativo das ações diversas e articuladas de que tratamos. A partir de Desvallés e Mairesse (2013, p. 57), temos que a musealização é o processo científico que compreende o conjunto das atividades de seleção, conservação, catalogação, exposição, publicações etc. Deste modo, duas posições de perspectiva museológica corroboram nossa proposta sobre mediação. Meneses (1994, p. 30-31) fala do museu como uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos, pelo recurso do ‘enfrentamento do objeto’. Para ele (p. 41), o museu se compromete em seu potencial ao desvincular-se das obrigações científico-documentais. Para

Lara Filho (2009, p. 163), as ações de mediação são realizadas pela “busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que se estabelecem na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e de participação efetiva dos públicos (...)”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tanto em Museologia quanto em Biblioteconomia, é usual localizar a mediação como ação final e desvinculada das diversas atividades realizadas sobre o objeto. A literatura contemporânea, no entanto, retoma antigas premissas e aponta para o entendimento de que o ‘enfrentamento do objeto’ envolve várias atividades em sequência lógica, construídas a partir de escolhas, que formam camadas contínuas de significação sobre o objeto. Apesar da recorrente pulverização de ideias em Ciência da Informação, propostas consistentes, e coerentes entre si, compõem significativo acúmulo de conhecimento.

O documento é um produto. A ‘produção do documento’ faz-se por meio de procedimentos metodológicos específicos que procuram promover possibilidades de interpretação. O percurso do objeto ao documento envolve abstração que se realiza materialmente. Trata-se de objetos colocados em outro lugar (simbólico) porque são selecionados, recriados (materialmente) como representações daqueles, e estabelecidas relações entre um objeto e outro, entre uma representação e outra.

As ações de mediação são intrinsecamente intencionais e respondem por práticas profissionais que articulam reflexão teórica e domínio procedimental.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BRIET, Suzanne (1951). **Qu’est-ce que la documentation?** Paris: Édit. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- BUCKLAND, Michael (1991). Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360.
- DESPRÉS-LONNET, Marie (2014). L’écriture du patrimoine, de la documentation à la médiation. **Documentaliste-Sciences de l’Information**, v. 51, n. 2, p. 61-62.
- DESVALLÉS, André ; MAIRESSE, François (Eds.) (2013). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM ; Armand Colin. 100 p.
- ESCARPIT, Robert (1991). **L’information et la communication: théorie générale**. Paris: Hachette Superior. 222 p. (Hachette Université Communication). Publicado inicialmente em 1976 pela

mesma editora.

FROHMANN, Bernd (2004). Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3. p. 387-407.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis (1999). Aproximación al concepto y al objeto de la Información/ Documentación. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Introducción a la documentación informativa y periodística**. Alcalá de Guadaíra (Sevilla): Ed. Mad. p. 23-35

KOBASHI, Nair Yumiko ; TÁLAMO, M. de F. G. M. (2003). Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **TransInformação**, v. 15 (ed. esp.), n. 3, p. 7-21.

LARA FILHO, Durval de (2009). Museu, objeto e informação. **TransInformação**, v. 21, n. 2, p. 163-169.

LARA, Marilda Lopes Ginez de (2007). A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. In: \_\_\_\_\_ ; FUJINO, Asa ; NORONHA, Daisy Pires (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar. p. 143-168. Disponível em : <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaneidade%281%29.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

\_\_\_\_\_ ; ORTEGA, Cristina Dotta (2012). Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: CONGRESO ISKO 2011, Ferrol, 30 jun a 1 jul. 2011. **[Anais]**. A Coruña: Universidade da Coruña. p. 371-387. Disponível em: <[http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC\\_132\\_art\\_23.pdf](http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC_132_art_23.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

MENDES, Luciana Corts (2013). Transformações na percepção do museu no contexto do Movimento Bibliográfico: as concepções de museu de Paul Otlet e Otto Neurath. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 185-199.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de (1994). Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, n. 1, p. 9-42.

MEYRIAT, Jean (1981). Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.

ORTEGA, Cristina Dotta (2011). Exploração de categorias configuradoras da ciência da informação. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 1, p. 183-205, jan./mar.2011.

\_\_\_\_\_ ; LARA, Marilda Lopes Ginez de (2010). A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 2.

OTLET, Paul (1996). **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. 431 p. Publicado no original em francês em 1934.

RÉGIMBEAU, Gérard (2014). Documents partagés. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, Paris, v. 51, n. 2, p. 44-45.

RIZZA, Maryse (2014). Document et musée: du discours sur l'oeuvre à la médiation culturelle. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v. 51, n. 2, p. 28-29.

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix. ; IZQUIERDO ARROYO, José. María (1983). **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM, 1983. 440 p.



